

Articulação de orações: uma questão sintática, semântica e discursiva

Hilda de Oliveira Olimpio*

Resumo

Este artigo discute a tradicional subclassificação dos tipos de articulação de orações - coordenação e subordinação -, mostrando que esta dicotomia não dá conta da linguagem em uso. Admitindo que o sistema lingüístico é dinâmico por natureza, esta análise reconhece que a gramática da articulação de orações reflete a organização do discurso e defende que somente uma perspectiva pragmática pode explicar isso.

Palavras-chave: coordenação/subordinação; articulações de orações; discurso.

Abstract

This paper discusses the traditional subclassification of the types of clause combinations - coordination and subordination - , demonstrating that this dichotomy does not appropriately describe language in use. Taking account that the linguistic system is dynamic by nature, this analysis recognizes that the grammar of clause combining reflects discourse organization and argues that only a pragmatic perspective is able to explain it.

Keywords: coordination; subordination; clauses; discourse.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a lingüística vem ampliando seu escopo de atuação, e vários estudos ligados a diferentes correntes teóricas têm defendido uma perspectiva textual-discursiva de análise. Citem-se, a título de exemplo: a oposição artigo definido/artigo indefinido; a distribuição dos nomes e dos pronomes; o papel dos verbos e das categorias de tempo, modo e pessoa; a ordem das unidades na estrutura frasal; o papel das “conjunções” coordenativas na tessitura do texto; a nominalização. Estes e outros elementos da gramática vêm recebendo um tratamento que ultrapassa o nível “puramente gramatical”.

Como ponto de partida para a nossa reflexão, admitimos que toda a gramática tem um funcionamento discursivo que cabe ao analista evidenciar. É dentro dessa visão de gramática que se insere o tema aqui proposto (**Articulação de orações: ultrapassando a sintaxe**). A hipótese aqui levantada é de que o modo de articulação das orações nos enunciados não é determinado pela aplicação mecânica de regras “puramente sintáticas”; antes resulta de diferentes opções interativas envolvidas no processo enunciativo. Obedece, portanto, a pressões “externas” ao sistema gramatical. Mas para ter uma percepção dessas pressões, é preciso observar os enunciados em diferentes contextos de uso (ou contextualizar, estratégia adotada no presente estudo).

A esse respeito são esclarecedoras as palavras de Cunha, Oliveira e Martelotta (2003). Para esses autores,

* Instituto Militar de Engenharia Departamento de Engenharia de Computação

** PUC-Rio, Departamento de Letras.

a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída. (p.23-24)

Por esse viés, admite-se que, na determinação das estruturas sintáticas superficiais, há motivações discursivas. Se assim for, limitar-se a distinguir nos enunciados relações de coordenação e de subordinação (como fazem as gramáticas tradicionais, orientadas pela NGB) ou reconhecer encadeamentos e encaixamentos (como fazem algumas correntes estruturalistas) é ter uma visão redutora das relações sintáticas e não levar em conta o processo discursivo motivador.

É essa questão que está no bojo da discussão que aqui empreendemos, tendo como objetivo responder a algumas questões:

a) A dicotomia coordenação / subordinação é suficiente para dar conta dos diferentes modos de articulação de orações?

b) Coordenação e subordinação dizem respeito a relações exclusivamente sintáticas?

c) O contexto pragmático de enunciação e a categoria semântica dos verbos presentes nas orações articuladas podem fornecer uma ancoragem para essa discussão?

Quanto ao referencial teórico, associamos alguns pressupostos da Linguística da Enunciação e da Semântica Argumentativa com descobertas recentes da Linguística Funcional, que busca “no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua” (Cunha et al, 2003). Conseguimos, com tal associação, ancorar a análise em algumas categorias semântico-enunciativas (como a de sujeito da enunciação e a de pressuposição, por exemplo) e propor um olhar menos dicotômico para interpretar a relação de independência / dependência entre os predicados envolvidos na articulação das orações.

Usamos a estratégia de trabalhar com exemplos construídos, mas tivemos o cuidado de contextualizá-los sempre que esse expediente se mostrou necessário. Esse caminho nos pareceu o mais viável, uma vez que exemplos recolhidos em gramáticas (geralmente construídos pelo autor) estavam também no escopo de nossa investigação.

2. Coordenação e subordinação: um velho tema

Nos últimos anos, a dicotomia coordenação / subordinação tem sido questionada tanto em trabalhos de Semântica Argumentativa (Ducrot, 1972/1977 e 1984/1987) quanto em trabalhos de cunho funcionalista. Neves (2001 e 2002) e Braga (2001) - na linha de Lehmann, 1988 -, reconhecem nos processos de articulação de orações um *continuum* que vai da **parataxe**, passa pela **hipotaxe** e culmina com a **subordinação**, conjugando o eixo da dependência semântica com o eixo da integração sintática. Como se segue:

parataxe (– dependência semântica; – encaixamento);

hipotaxe (+ dependência semântica, – encaixamento);
subordinação (+ dependência semântica; + encaixamento).

Nesse *continuum*, teríamos desde articulações processadas com um grau mínimo (ou mesmo grau zero) de dependência e de integração até articulações em que a dependência e a integração atingiriam o grau máximo. Dizendo de outro modo, entre as articulações entendidas como processo de coordenação (com orações do mesmo *status* funcional) e as estruturas consideradas como processo de subordinação por encaixamento poderíamos evidenciar uma relação de dependência entre uma oração-satélite, adjunta, secundária e uma oração-núcleo, situada num nível mais alto da hierarquia frasal. Nesse espaço intermediário, com algum grau de dependência e integração, mas sem encaixamento, é que estariam as subordinadas adverbiais da tradição gramatical. Com alguma simplificação, esse é o ponto de partida da nossa reflexão.

3. Os primeiros dados

Como já foi adiantado no item anterior, no pólo da independência semântica e da não-integração sintática temos orações do mesmo *status* funcional, encadeadas por simples justaposição e por articuladores de coordenação. Como nos exemplos:

1. Os homens subiam, as mulheres desciam.
2. O marido lia o jornal, as crianças brincavam na varanda e Dina via um filme na televisão.

Note-se que as predicções constantes em cada oração conservam sua independência sintática e semântica. Até a ordem pode ser invertida sem prejuízo do conteúdo veiculado, como fica demonstrado em (1') e (2'), logo abaixo:

- 1'. As mulheres desciam, os homens subiam.
- 2'. Dina via um filme na televisão, as crianças brincavam na varanda e o marido lia o jornal.

No ponto intermediário desse *continuum* – como também já foi adiantado –, estão as orações adverbiais, que são articuladas semanticamente a uma oração-núcleo, mas não estão encaixadas na função de constituinte oracional, porque não são dependentes da estrutura argumental dos verbos da oração mais alta. Nesse caso, a oração-núcleo permanece inteira, do ponto de vista sintático, se a oração adjunta for retirada. Sejam os exemplos (3) e (4), abaixo:

3. Eu abandonei o curso porque precisava trabalhar.
4. Eu estive lá quando o meu avô fez anos.

No pólo oposto, da máxima dependência e da máxima integração, temos as subordinadas encaixadas como constituinte de outra oração. É o caso das substantivas. Não creio que as adjetivas restritivas devam ser incluídas aí. Sua integração à oração-matriz se dá por outra via, uma vez que elas são adjuntas a um nome. Portanto, seu “encaixamento” é indireto e seu *status* funcional deve ser

buscado nessa relação com o nome nuclear. Mas não vamos discutir essa questão. Feita esta ressalva, passemos aos exemplos:

5. É provável que ele volte logo.
6. Eu sei que você trabalha muito.
7. Lamentamos que essas coisas tenham ocorrido.

Nos exemplos (5), (6) e (7), a bem da verdade, não se articulam duas orações, uma vez que a subordinada é uma oração-termo, sem *status* oracional, que depende diretamente da estrutura argumental do verbo regente. É como termo (e não como oração) que ela ocupa a posição argumental prevista pelo verbo. Não é o caso de (3) e (4), em que as orações subordinadas funcionam como satélites em torno da oração-núcleo.

Note-se, entretanto, que essa tripartição (parataxe, hipotaxe e subordinação) não pode ser entendida como campos claramente delimitados. Em cada um desses três domínios pode-se constatar uma oscilação, com margens fronteiriças. Na articulação por parataxe pode ocorrer algum grau (menor ou maior) de dependência; no campo da hipotaxe pode haver diferença no grau de aderência (dependência) da oração-satélite em relação à oração-núcleo; e, mesmo nos casos de encaixamento, o grau de integração sintática não é o mesmo, como já demonstrou Givon (1990 e 1995).

Começemos a discussão pela parataxe. É certo que nem todas as articulações que a tradição gramatical inclui no processo de coordenação mantêm o mesmo grau de independência observado em (1) e (2). Isso se dá em decorrência das relações semânticas subjacentes aos processos verbais envolvidos na articulação da segunda oração à primeira (relações de ordem, de oposição, de conclusão, etc.).

8. Marta tomou um banho e foi dormir.
9. Ela falou demais na reunião, por isso ficou rouca.
10. Marta ficou rouca, falou demais.
11. Marta arrumou a casa toda, portanto deve estar cansada.
12. A festa não estava animada, pois vocês voltaram cedo.

Em (8), a ordem entre as orações coordenadas não pode ser modificada por razões pragmáticas; em (9), a predicação presente na segunda oração é consequência da causa expressa na primeira, relação explicitada pela locução *por isso*; em (10), a segunda oração está centrada num predicado que explicita a causa de uma mudança de estado já expressa na primeira; em (11), a segunda oração expressa uma conclusão abstraída da ação enunciada na oração anterior; em (12), a predicação presente na segunda oração explica a inferência adiantada na primeira. Resumindo, em nenhum desses casos há independência semântica entre as orações, embora a articulação se faça por um processo tradicionalmente tratado como coordenação.

O exemplo (13), a seguir, é um caso interessante, pois sob a aparência de coordenação sintática, uma oração centrada num verbo de opinião é articulada a uma outra, centrada num verbo de ação. Este é um caso típico de independência sintática e dependência semântica, que poderia merecer um aprofundamento. Eis o exemplo:

13. Jorge viajou, eu acho.

Passemos agora aos exemplos de subordinação adverbial, casos de hipotaxe na orientação teórica que estamos adotando.

14. Ele abandonou o curso porque precisava trabalhar.

15. Ele abandonou o curso, porque precisava trabalhar.

Como ponto de partida, vamos defender que (14) e (15) são enunciados diferentes, produzidos em situações discursivas diferentes. Podemos admitir, com Ducrot (1972/1977), que em (14) temos um único enunciado, com um predicado complexo, o qual expressa a conexão entre dois predicados elementares. Diferentemente, em (15), temos dois enunciados, cada um com um predicado próprio. Defendemos que tais diferenças decorrem de relações pragmáticas advindas do contexto interacional, as quais determinam diferenças na organização interna dos enunciados, portanto no nível sintático. A pausa na fala e a pontuação na escrita seriam marcas dessa diferença.

Vale lembrar que alguns gramáticos tradicionais já haviam vislumbrado essa explicação. Para identificar coordenadas explicativas relativamente a subordinadas causais, Celso Pedro Luft (1987) toma como fator diferencial a pausa, e ensina:

Se houver essa pausa, com descida de tom, é porque a oração causal, normalmente “restritiva” passou a ser expressa como explicativa: o falante não deu importância à enunciação da causa, transformando-a em mera explicação: [[*Não fui à aula*]; [*porque estive doente*]]. Ou: [[*Não fui à aula*]. [*Porque estive doente*]]. Conseqüência e causa são enunciadas independentemente: a segunda como mero comentário (p.53).

Voltando aos exemplos (14) e (15), em (14), a relação é mais aderente, havendo aí um grau maior de dependência e uma quase-integração; em (15), as orações são mais “soltas”, há entre elas um grau menor de dependência e nenhuma integração sintática. Tratando dessa questão, Vogt (1980/1989) demonstrou que o conector / articulador **porque** tem, no português, dois funcionamentos, dando, como resultado, duas relações diferentes: de subordinação e de coordenação. Na verdade, a ambigüidade de certos enunciados (associada, na fala, à ocorrência / não-ocorrência de pausa entre as orações e, na escrita, ao uso / não-uso da vírgula) é um indício dessa diferença de funcionamento. Concordamos com o autor quando afirma que a pausa e a pontuação são traços a serem explicados e “não um princípio de explicação”. (op. cit, p. 54).

Para Vogt, no primeiro funcionamento, o **porque** (que ele rotula de **porque**¹) é um conector lógico, e o todo frasal é um ato de enunciação complexo, caracterizado por uma só unidade prosódica, contexto em que a subordinada não deve ser separada por vírgula (na escrita) nem por pausa (na fala). Note-se que só o **porque**¹ permite responder a perguntas do tipo **Por que X?** É o caso de (14), retomada abaixo:

14. Ele abandonou o curso porque precisava trabalhar.

(Pergunta: **Por que** ele abandonou o curso?)

Note-se, ainda, que na pergunta (**Por que X?**), o conteúdo da primeira oração (no exemplo acima, *ela abandonou o curso*) é tomado como já admitido pelos interlocutores, não está sendo interrogado. A interrogação recai sobre o conteúdo da oração subordinada (*porque precisava trabalhar*), ou seja, sobre a informação nova requerida a partir do conteúdo da informação pressuposta, dada. Esse conteúdo já admitido, de conhecimento público, como conteúdo **pressuposto**, permanece na negação, na interrogação e no encadeamento, como aponta Ducrot (1972/1977 e 1984/1987). Em resumo, só o conteúdo da informação nova é atingido nessa recontextualização.

Diferente é o caso de (15), retomado abaixo:

15. Ele abandonou o curso, porque precisava trabalhar.

Nessa seqüência, o **porque** (que o autor denomina de **porque²**) é um articulador discursivo. Nesse caso, são encadeados dois enunciados, dois atos de fala, com duas informações novas, sobre as quais o locutor tem inteira responsabilidade. Aqui os testes de negação, de interrogação e de encadeamento não podem ser aplicados ao enunciado como um todo único.

A mesma análise pode ser estendida a (16) e (17), abaixo, em que a relação entre as orações articuladas é de tempo.

16. Vítor esteve lá quando era criança.

17. Vítor esteve lá, quando era criança.

O contexto pragmático em que se enuncia (16) é diferente do contexto que subjaz a (17), determinando a diferença de enunciação aqui admitida. Em (16) articula-se um *posto*, na subordinada, a um *pressuposto*, na oração mais alta, o que resulta num predicado complexo. Em (17), não se dá essa articulação; o que se tem aí é o encadeamento de dois enunciados simples, ambos com *status* informacional de *posto*, sendo o segundo uma espécie de *adendo* em relação ao primeiro. Para os objetivos deste trabalho, esses dados são suficientes. O certo é que eles apontam um campo aberto, propício a uma investigação semântico-pragmática (cf. também Mateus, M. H. Mira et al, 1983 e 2003).

Ora, desde Halliday e Hasan (1976) já se admite que a junção ou conjunção de orações na mesma frase é um mecanismo coesivo semelhante ao que ocorre entre outras partes do texto. Investigando esse campo, alguns autores, inclusive brasileiros, já têm reconhecido que a coordenação "é um mecanismo antes discursivo que sintático" (Azeredo, 2001), uma vez que não provê função. Nessa linha de raciocínio, a subordinação (incluída aí a articulação com orações adverbiais) seria "o processo sintático por excelência". São palavras do autor:

O processo sintático por excelência é, portanto, a *subordinação*, meio que consiste em prover de função as unidades que constituem os sintagmas e os sintagmas que constituem as orações. Na estruturação sintática – por *subordinação* – uma unidade da categoria X posiciona-se sob o domínio de uma unidade da categoria Y. A coordenação consiste em associar duas ou mais unidades do mesmo nível hierárquico, preservando-lhes a natureza

ou função. A subordinação é um processo necessariamente *intra-oracional*, ao passo que a coordenação percorre todos os níveis, associando palavras, sintagmas, orações. A coordenação é uma forma de encadeamento, um mecanismo antes discursivo que sintático (p.49).

Entre nós, esse posicionamento pode soar como uma ruptura, contrapondo-se à tradição gramatical de tratar coordenação e subordinação como relações sintáticas. Entretanto, alargando as relações discursivas, alguns funcionalistas já vêm, há algum tempo, reconhecendo, inclusive na articulação das orações adverbiais, um funcionamento discursivo, determinado pela estrutura da organização dos enunciados nos textos (Matthiessen e Thompson, 1988, retomando Halliday, 1985; e no Brasil, entre outros, Neves, 1997, e Braga, 1997). Para esses autores, o funcionamento das orações adverbiais (maior ou menor coesão à oração-núcleo, posição, etc.) obedece a necessidades discursivas. Nesse desbastamento das relações sintáticas, que resultou no reconhecimento de que as orações "independentes" coordenadas e as orações dependentes adverbiais (articuladas por hipotaxe) têm uma função discursiva, fica subentendido que as orações substantivas (= completivas) têm um funcionamento "puramente" sintático? Os exemplos (18), (19) e (20), logo abaixo, estariam nesse caso?

18. É evidente que Jorge errou no cálculo.
19. Convém que todos participem do projeto.
20. Eu acho que você trabalha muito.

Ora, numa perspectiva funcional de análise, admite-se que quanto maior a integração sintática das orações de um enunciado maior a integração discursiva. Portanto, não se reconhece funcionamento "puramente" sintático. Dizendo de outro modo, admite-se que a integração sintática é resultante da integração discursiva subjacente, ou seja, da integração semântico-pragmática dos predicados aí envolvidos.

4. Os verbos envolvidos no encaixamento das orações completivas

Examinando as categorias semânticas dos verbos envolvidos no encaixamento das orações completivas, presentes em (18), (19) e (20), constata-se que os verbos da oração-matriz não se inserem na classe dos predadores de ação, fato, evento, estado ou fenômeno, portanto não indicam qualquer processo que possa ser identificado no mundo biopsicofísicosocial. São todos verbos ou expressões predadoras, carregados de força ilocutória, os quais se pode generalizadamente chamar de predicados subjativos ou modais, num sentido bastante amplo (auxiliares modais, verbos de elocução, de percepção, de opinião). De algum modo, todos eles expressam o ponto de vista do sujeito da enunciação sobre o processo enunciado no verbo da oração substantiva. Nenhum deles descreve efetivamente um estado de coisas, seu valor insere-se no nível do *modus* que circunscreve o *dictum*.

Retomemos os exemplos em foco:

18. É evidente que Jorge errou no cálculo.

19. Convém que todos participem do projeto.
20. Eu acho que você trabalha muito.

Em (18), é evidente modaliza a oração encaixada na posição de SN sujeito (*que Jorge errou no cálculo*), explicitando o modo como o processo verbal aí expresso deve ser percebido. O mesmo entendimento deve ser aplicado a (19), em que *convém* expressa a opinião do sujeito da enunciação sobre o processo veiculado na oração encaixada (*que todos participem do projeto*); deve também ser estendido a (20), em que *eu acho* expressa uma opinião sobre o processo veiculado na oração objetiva (*que você trabalha muito*).

Em resumo, estes são casos de encaixamento, em que a oração subordinada se insere dentro de outra, funcionando como termo dela. Na verdade, esses casos combinam + **dependência semântica** e + **integração sintática**. Numa perspectiva pragmático-interacional, pode-se admitir que nessa conexão entre verbo da subordinada e verbo da principal, a função referencial de *dizer algo sobre um estado de coisas* vem subordinada à função modalizadora, que mostra o modo como este estado de coisas é encarado pelo enunciador-locutor.

Do mesmo modo devem ser interpretadas todas as estruturas desencadeadoras de orações completivas, listadas nas gramáticas normativas, como: *é possível [que ...]*, *é provável [que ...]*, *é certo [que ...]*, *é necessário [que ...]*, *é oportuno [que ...]*, *é justo [que ...]*, *parece [que ...]*, *convém [que ...]*, *consta [que ...]*, *importa [que ...]*, *interessa [que ...]*, *comprova-se [que ...]*, *fica comprovado [que ...]*, *imagino [que ...]*, *creio [que ...]*, *acho [que ...]*, *quero [que...]*, *exijo [que ...]*, *ordeno [que ...]*, *o certo é [que ...]*, *o provável é [que ...]* o *importante é [que ...]*...

Em alguns exemplos, há indícios de que não estamos diante de um verbo lexical pleno, mas de um verbo com significado mais abstrato (em processo de gramaticalização), um verbo modalizador, em sentido amplo. É como verbo modalizador que ele comanda o encaixamento.

Tais predicados não dizem respeito às diferentes situações do mundo biopsicofísicosocial, ou seja, não servem à função referencial (ideacional) da linguagem. São, na verdade, representativos de atos de fala no nível interpessoal, podendo haver entre eles uma hierarquia só explicitada por uma concepção da estrutura oracional em camadas. Vejamos os exemplos seguintes, em que o predicado de nível mais alto comanda e modaliza o de nível mais baixo:

21. [É provável [que ele peça [que você venha logo]]].
22. [É evidente [que ele acha [que você pode vir logo]]].

Como nos discursos expressivos / dissertativos há um sujeito que comenta, julga, argumenta, é de se esperar que tais predicados tenham aí o ambiente lingüístico ótimo para sua manifestação, uma vez que têm uma função claramente argumentativa. De fato, essa categoria de predicados tem alta ocorrência nos discursos expressivos/dissertativos, em que as ações e os eventos perdem o *status* de núcleo frasal e ficam subordinados à subjetividade/modalização de um sujeito enunciador. Os verbos das orações completivas são, portanto, predicados dependentes. Tanto do ponto de vista sintático, quanto do ponto de vista semântico-discursivo, que é, em última análise, o nível que determina os diferentes graus de integração sintática. Por outro lado, os verbos enunciativos/modalizadores são

operadores modais que dominam e marcam subjetivamente o conteúdo semântico veiculado pelo verbo dependente, núcleo da oração completiva.

Referências

ALI, Said. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 19.ed. São Paulo: Nacional, 1972.

BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **Scripta**. v. 1, n. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997. p. 23-34.

CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e coordenação**. São Paulo: Ática, 1988.

CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; e MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: _____ et al. **Aspectos da gramática do português**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p.103-164.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística**: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977 (Tradução do original francês de 1972).

_____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987 (Tradução do original francês de 1984).

GIVON, Talmy. **Syntax**: a functional-typological introduction. v.II. Amsterdã / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdã / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold Publishers, 1985.

- _____; HASAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 8.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- MATEUS, M. H. Mira et al. **Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual**. Coimbra: Almedina, 1983 e 2003.
- MATHIESSEN, C. ; THOMPSON, S. The Structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1988. p.275-333.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. O tratamento da articulação das orações. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Unesp, 2001. p.55-101.
- _____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. **Scripta**. v. 1, n. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997. p.13-22.
- OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. **O sistema de pontuação: da sintaxe ao discurso**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- _____. Os conectores porque, pois e já que: argumentação e polifonia. In: LINS, Maria da Penha Pereira; YACOVENCO, Lillian Coutinho (orgs.). **Caminhos em lingüística**. Vitória: NUPLES, 2002. p.351-360.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A gramaticalização dos verbos. In: HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística**. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003. p.306-321.
- _____. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? In: **Letras e Letras**. Uberlândia: 2 (2), dez. 1986. p. 241-286.
- VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções *porque, pois e já que*. In: _____. **Linguagem, pragmática e ideologia**. 2.ed. aum. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1989. p.43-60 (1ª ed. de 1980).